



BRASIL E CHINA E A DEPENDÊNCIA NA SEMIPERIFERIA: UMA ANÁLISE DAS RELAÇÕES ECONÔMICAS (2009-2018)

BRAZIL AND CHINA AND THE DEPENDENCY IN THE SEMIPERIPHERAL ZONE: AN ANALYSIS OF ECONOMIC RELATIONS (2009-2018)

Marcia Luiza Cruz Aguirre - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
(PUCRS) - Santana do Livramento - RS/Brasil
mlc.aguirre93@gmail.com

Altacir Bunde – Unipampa, Santana do Livramento – RS/Brasil
altacirbunde@unipampa.edu.br

Kamilla Raquel Rizzi – Unipampa, Santana do Livramento – RS/Brasil
kamillarizzi@unipampa.edu.br

Anna Carletti – Unipampa, Santana do Livramento – RS/Brasil
annacarletti@unipampa.edu.br

RESUMO: Apoiado na Teoria do Sistema-Mundo, dentro da perspectiva de dependência na semiperiferia, este estudo aborda as relações sino-brasileiras de 2009 a 2018. Nesta lógica, Brasil e China são considerados semiperiferias e, por isso, questiona-se por meio da análise das relações econômico-comerciais entre esses países, a existência de uma dependência brasileira. Metodologicamente, a pesquisa é qualitativa, construída a partir de uma revisão bibliográfica e de levantamento e análise de dados secundários. O artigo ressalta que, atualmente, a China é a maior parceira comercial do Brasil, superando a participação estadunidense na balança comercial do país, a expressiva participação chinesa na balança comercial brasileira se deve à necessidade chinesa de produtos básicos, ao passo que o Brasil tem como pauta de importação bens industrializados.

PALAVRAS-CHAVE: Crescimento Econômico; Comércio Internacional; Economia Política Internacional; Sistema-Mundo.

ABSTRACT: Supported by the System-World Theory, within the perspective of dependence in the semi-periphery, this study approach Sino-Brazilian relations from 2009 to 2018. In this logic, Brazil and China are considered semi-peripheries, and, therefore, the existence of a Brazilian dependence is questioned through the analysis of economic-commercial relations between these countries. Methodologically, the research is qualitative, built from a bibliographic review and secondary data collect and analysis. The article points out that China is currently Brazil's largest trading partner.

KEY-WORDS: Economic growth; International Trade; International Political Economy; World-System.

INTRODUÇÃO

As relações bilaterais sino-brasileiras são históricas. Do final do século XIX até 1949, essas relações eram, de fato, diplomáticas. Entretanto, com a fundação da República Popular da China (RPC) em 1949 por Mao Tse-Tung, o Brasil rompeu com acordos até então estabelecidos, retomando-os somente em 1974, durante o Governo Geisel (VILLELA, 2004).

Num primeiro momento, a conjuntura internacional da década de 1970 favoreceu a retomada das relações diplomáticas sino-brasileiras. Isso porque, para Cervo e Bueno (2012), o Brasil tinha interesse em estabelecer laços de intercâmbio comercial (propondo-se a exportar bens primários e produtos manufaturados), cooperação econômica e diálogo político com a RPC. Por conta do pragmatismo característico da política exterior brasileira da época, em 1978 o Brasil firmou um acordo comercial com a RPC, o que, para os autores, marca o início da relação entre os dois países.

As relações bilaterais entre Brasil e China se aprofundaram consideravelmente ao longo das décadas de 1980 e 1990 em virtude das ondas de globalização. Porém, ainda que as relações tenham se estreitado nesse período, elas começaram a atingir patamares mais altos após a crise de 2008 – mais precisamente a partir de relações firmadas entre o governo de Luís Inácio da Silva (Lula) e Hu Jintao. Como a demanda chinesa por commodities agrícolas e minerais crescia substancialmente, ao passo que o Brasil vivenciava o aquecimento de sua economia – especialmente no que toca ao setor primário, o estreitamento das relações sino-brasileiras foi favorável aos produtos brasileiros (HIRATUKA; SARTI, 2016).

Desde então, a China tornou-se o principal parceiro econômico do Brasil, culminando no aumento das reservas e projetando o crescimento econômico dos dois países mesmo após a crise financeira de 2008 (HIRATUKA; SARTI, 2016). Politicamente, para Cervo e Bueno (2012), esse fenômeno se deve ao multilateralismo e à reciprocidade nos quais a diplomacia brasileira se pautou no âmbito comercial no início deste século (CERVO; BUENO, 2012). Com isso, a profundidade das relações sino-brasileiras se desenvolve sob a perspectiva da balança comercial Sul-Sul, pela qual, para Oliveira (2010), potências emergentes (como Brasil e China) ressignificam o comércio internacional por meio da cooperação, reciprocidade e multilateralismo.

A análise deste artigo se deu a partir da perspectiva da Escola de Economia Política Internacional, mais precisamente com foco na Teoria do Sistema-Mundo. Isso porque a Teoria do Sistema-Mundo de Wallerstein evidencia a natureza semiperiférica de Brasil e China – países que, para Ruvalcaba (2013), encaixam-se nessa condição na medida em que são caracterizadas por inovações tecnológicas na produção ao mesmo tempo em que conservam atividades produtivas correlatas às atividades características da periferia.

Ademais, Arrighi e Drangel (1986) definem que Estados da semiperiferia são diversificados não apenas em sua matriz exportadora, mas os níveis salariais e a aplicação de políticas econômicas (em âmbito interno e externo) também são mistos. Tais características são visíveis no Brasil e na China, haja vista que as duas economias ascenderam ao longo do mesmo período no Sistema Internacional e possuem os mesmos problemas estruturais de desigualdade e distribuição – algo comum na semiperiferia, dada a falta de um modelo sólido de desenvolvimento nestas áreas intermediárias (ARRIGHI; DRANGEL, 1986; RUVALCABA, 2013).

Diante disso, este estudo pretende analisar as relações econômico-comerciais bilaterais sino-brasileiras entre os anos de 2009 a 2018, discutindo a possível existência da dependência do Brasil em relação à China – país cuja situação gera questionamentos quanto a sua condição semiperiférica, visto que o crescimento chinês ameaça a hegemonia dos Estados Unidos (EUA).

Metodologicamente, a abordagem deste artigo se classifica como qualitativa. De acordo com Chizzotti (2003), a pesquisa qualitativa incorpora uma série de elementos multidisciplinares das ciências humanas e sociais e adota fatos e fenômenos sociais e humanos como seus objetos de estudo. A pesquisa qualitativa contrasta com o modo positivista quantitativo ao partir da premissa segundo a qual a quantificação não é o único meio de assegurar a precisão e a generalização do objeto de estudo. Para elaborar o presente artigo, recorre-se à coleta e análise de dados obtidos de fontes secundárias, como as bases estatísticas de comércio exterior do Ministério da Economia, assim como a pesquisa bibliográfica que abordamos.

Quanto ao método a ser empregado, este estudo se baseou em acepções metodológicas críticas – mais especificadamente no método estruturalista. Vigevani et al (2011) destacam que, em teorias marxistas, a abordagem econômica explica o desenvolvimento das relações estatais e por elas se busca compreender a estrutura e a dinâmica de tais relações. O estudo da política não exclui as interações com a economia, bem como não exclui os reflexos da economia na sociedade.

Nesse sentido, assim como a Teoria do Sistema-Mundo, este artigo se baseia no materialismo histórico. Wallerstein (1999) observa que, para analisar o Sistema-Mundo, o cientista deve limitar-se a ser “um cientista histórico que analisa as leis gerais de sistemas particulares e as sequências particulares pelas quais esses eventos passaram (deliberadamente não empregamos o tempo gramatical, o chamado presente etnográfico)” (WALLERSTEIN, 1999, p. 456). Ou seja, por ser uma estrutura composta por elementos econômicos, políticos e sociais, tais elementos devem ser analisados de maneira universalista, para a qual todo movimento dentro da estrutura é uma consequência de movimentos anteriores; pois as dinâmicas no Sistema-Mundo evoluem de forma temporal, linear e cíclica.

Assim como as demais economias globais, desde o final do século XX, Brasil e China vêm sofrendo mudanças significativas que refletem em suas respectivas atuações no Sistema Internacional. Enquanto o Brasil tem enfrentado mudanças estruturais nos eixos político e econômico – havendo, dentro de dez anos, saído de um governo progressista para testemunhar a ascensão da extrema-direita – a China vive um grande período de expansão econômica a despeito da guerra comercial com os EUA; com efeito, o país asiático projeta superar os Estados Unidos, tornando-se uma grande potência hegemônica.

Tendo em vista a atual conjuntura, analisar as novas dinâmicas das relações sino-brasileiras (especialmente a partir de 2009, dentro de um contexto de crescimento econômico e dependência) se torna relevante para perceber o comportamento da periferia no Sistema Internacional. Mais especificamente, investigar o desenvolvimento dessas relações bilaterais numa perspectiva temporal contribui para a compreensão da atuação e do futuro das duas economias no mundo globalizado.

Para atingir o objetivo proposto, o artigo se subdivide em três sessões, nas quais propõe-se: expor a Teoria do Sistema-Mundo dentro da lógica da Escola de Economia Política Internacional; dissertar sobre a expansão das economias brasileira e chinesa dentro da zona de semiperiferia; e, por fim, discorrer sobre as relações bilaterais econômicas e comerciais dos dois países dentro do período pretendido por este artigo.

A DEPENDÊNCIA E O SISTEMA-MUNDO: UMA CONCEPÇÃO TEÓRICA

Pode-se dizer que a Escola de Economia Política Internacional (EPI) é uma corrente teórica híbrida, pois une dois grandes campos acadêmicos dentro das Relações Internacionais: a economia e a política, conforme o próprio nome. A união epistemológica da economia e da política traz à EPI uma abordagem direcionada para a integração regional, relações comerciais e financeiras internacionais, organismos multilaterais e doutrinas e ideologias econômicas.

De acordo com Robert Gilpin (2002), teórico expoente da EPI, longe de ter o mesmo significado e abordagem da “economia política” tratada por economistas clássicos (que corresponde atualmente à Ciência Econômica), tal coexistência da política com a economia justifica-se pela absorção do mercado pelo Estado e pela incorporação de fatores políticos nas dinâmicas econômicas do mercado no mundo moderno. Dessa maneira, o propósito da EPI é investigar as formas pelas quais as dinâmicas estatais podem influenciar a economia – produção, alocação de recursos e distribuição de riqueza – bem como investigar a interferência de decisões e interesses políticos nas relações econômicas.

No que diz respeito às relações de dependência abordadas pela EPI, Teotônio dos Santos (2011) coloca que se entende como dependência situações que indicam que o desenvolvimento de uma determinada economia está sujeito e condicionado pelo desenvolvimento de outra economia. A dependência toma forma quando as economias hegemônicas se expandem e se sustentam de maneira autônoma, enquanto as demais só conseguem se desenvolver como reflexo da expansão das economias dominantes.

De maneira geral, a Teoria da Dependência se caracteriza pela pluralidade de correntes que combinam elementos do Marxismo Clássico (análise do capitalismo através da Teoria do Imperialismo) com elementos do Nacionalismo Econômico (políticas de fortalecimento estatal); tal combinação enseja uma variedade de pensamentos sobre o tema. Ainda assim, mesmo com tal variedade, os teóricos da Dependência compartilham análises e explicações sobre o subdesenvolvimento, o qual tem origem na evolução do capitalismo no Sistema Internacional (GILPIN, 2002).

Nas Relações Internacionais, até a década de 1970, o Marxismo era visto pejorativamente pela academia como uma práxis política de caráter doutrinador. Por essa razão, do início do século XX até a Guerra Fria, o Marxismo era mantido longe dos debates acadêmicos, pois a hegemonia acadêmica dos debates de Relações Internacionais pertencia aos realistas (VIGEVANI et al, 2011).

Porém, na mesma década, o sociólogo Immanuel Wallerstein, junto aos economistas Giovanni Arrighi e Samir Amin, analisaram o Sistema Internacional de forma totalmente oposta às abordagens ortodoxas de Relações Internacionais. Denominada Teoria do Sistema-Mundo, a abordagem considerava o Sistema Internacional como uma estrutura hierárquica, no contexto do qual o sistema econômico capitalista permeia as relações entre os Estados. Como era influenciada pelos estudos sobre o imperialismo, a análise da Teoria do Sistema-Mundo abarcava o Sistema Internacional do ano de 1500 ao presente, utilizando o materialismo histórico de Marx como método para compreender a sociedade. Com isso, essa teoria destaca a importância das relações econômicas nas dinâmicas que compõem o Sistema-Mundo, cujo desenvolvimento determina a condição dos Estados (ARENTI; FILOMENO, 2007; HALLIDAY, 2007).

Em vista disso, a teoria compreende que a estrutura do Sistema Internacional é fruto da acumulação capitalista. Essa estrutura que o compõe é rígida e as relações são conduzidas por meio de conexões econômicas interestatais de subordinação características do capitalismo. Nesse sentido, as relações entre os Estados dentro do Sistema Internacional são regidas pelo princípio de que países centrais (que são

hegemônicos economicamente) exploram os demais países, que não acumulam capital e tampouco possuem o aproveitamento efetivo dos fatores de produção.

Por essa perspectiva, o Sistema Internacional se desenvolve linearmente, onde se altera a hegemonia das potências no decorrer da história. Porém, ao mesmo tempo em que a hegemonia dos Estados-potência é transitiva, os países periféricos (dos continentes da África, América Latina, Ásia, bem como das ilhas do Caribe) continuam na condição de periferia onde são subordinados às potências. Assim sendo, esta teoria e seus desdobramentos baseiam-se na análise do tempo e do espaço do objeto de estudo (neste caso o Estado ou o Sistema Internacional como um todo) (WALLERSTEIN, 1999).

Como consequência dos desdobramentos históricos, o Sistema-Mundo moderno é composto por Economias globais regidas pelo sistema capitalista, o qual norteia a organização das economias com o propósito de acumular capital. Por isso, não há uma unidade política supraestatal neste sistema, haja vista que ele é heterogeneamente composto por grupos e culturas. Existem múltiplos centros de poder que disputam entre si, não existindo uma única autoridade política. Como o fluxo de capital não é redistribuído por e para Estados, é responsabilidade da estrutura do mercado redistribuir recursos oriundos da periferia para o centro. Assim, o Sistema-Mundo pode ser compreendido como uma grande zona geográfica que se subdivide em centro, periferia e semiperiferia, as quais distinguem-se pelo desenvolvimento da divisão do trabalho (WALLERSTEIN, 2004; AMARAL, 2012).

Enquanto o centro detém uma estrutura produtiva tecnologicamente diversificada em termos de capital e trabalho, a periferia tem a economia voltada para a exportação de produtos de baixo valor agregado. Na periferia a produtividade é baixa e, por vezes, vinculada a formas coercitivas de trabalho para que se consiga produzir o que o centro demanda (AMARAL, 2012). Wallerstein (2004) explica que o que diferencia centro de periferia é a divisão axial do trabalho, que determina os produtos centrais dos periféricos a partir da lucratividade que esses produtos geram. Ressalta-se que a produção periférica é altamente competitiva; são mais vulneráveis que as produções centrais, contudo. Disso se segue um intercâmbio desigual, porquanto a mais-valia dos produtores periféricos é transferida para o centro.

A semiperiferia, por sua vez, é uma estrutura intermediária entre o centro e a periferia; ela apresenta, pois, uma forma híbrida da divisão do trabalho. Ao mesmo tempo em que parte da economia é baseada em formas de trabalho similares às da periferia – com atividades laborais coercitivas em produções de baixo valor agregado voltadas à exportação – economias semiperiféricas também combinam a especialização e a diversificação em suas produções, à semelhança do que ocorre em economias centrais (ARRIGHI; DRANGEL, 1986; WALLERSTEIN, 2004).

Entretanto, mesmo mesclando características produtivas do centro e da periferia, na semiperiferia o processo de industrialização é mais recente do que os processos em economias centrais e se concentra em determinadas áreas urbanas. Ou seja, mesmo industrializada, a semiperiferia tende a ser mais atrasada que o centro em termos de produtividade. Conforme a dinâmica do Sistema-Mundo moderno, a semiperiferia reproduz a tecnologia criada (e posteriormente substituída) pelo centro e, por conseguinte, assim que a semiperiferia a substitui, a periferia se apropria (ARRIGHI; DRANGEL, 1986).

A situação intermediária em que se encontra a semiperiferia, para Arrighi e Drangel (1986), assim como para Wallerstein (2004), neste contexto, além de ser pressionada pelo centro, ela própria tem a função de pressionar as economias periféricas. Em Estados semiperiféricos desproporcionais – onde as características do centro se sobrepõem às características da periferia ou vice-versa, tal situação é ainda mais complexa. É exigida de tais Estados uma postura protecionista para que se afaste cada vez mais da condição de periferia. Contudo, enquanto tentam sobreviver no Sistema Internacional sob a mesma condição, quando a estrutura produtiva análoga à periferia é preponderante, a fragilidade dessas estruturas faz com que se sintam “forçadas a aceitar o destino que lhes foi imposto”¹ (WALLERSTEIN, 2004, p. 29).

A partir da perspectiva do economista Nikolai Kondratieff, as dinâmicas econômicas do Sistema-Mundo são explicadas pelos movimentos de expansão e contração das economias globais, admitindo-se uma economia que se desenvolve linearmente por movimentos cíclicos, compostos por duas fases. Essas são

¹ Tradução nossa.

caracterizadas pelo pleno emprego (ou desemprego em fase de recessão) e pela preponderância da produção sobre os investimentos como fonte de lucro em fase de expansão. No primeiro momento, denominado fase A, a economia se expande, sendo caracterizada pela implementação de um novo modelo produtivo pelo qual impulsiona o desenvolvimento tecnológico. Na fase B a economia entra em declínio, o modelo produtivo implementado começa a ser racionalizado e o setor financeiro se expande por conta do endividamento consequente da recessão econômica (AMARAL, 2012; SERIGATI; POSSAMAI, 2016).

Quando atinge a fase A de expansão, inevitavelmente uma economia chegará na fase B de contração, uma vez que os ciclos de Kondratieff são lineares. Como costumam durar em média de 25 a 30 anos, ao sair da fase B, uma economia pode retornar à fase de expansão. Contudo, nunca retorna à situação em que estava no início do ciclo, haja vista que a conjuntura social muda e a tecnologia evolui ao longo do tempo (WALLERSTEIN, 2004; MENDONÇA, 2019).

Tanto o Brasil quanto a China se enquadram na condição de semiperiferia. Segundo Ruvalcaba (2013), o status de semiperiferia atribuído a Brasil e China se deve às transformações estruturais socioeconômicas vivenciadas pelos dois Estados desde meados do século XX. Além do consenso existente na academia a respeito da situação de semiperiferia em que estes se encontram (assim como também estão os demais países do grupo dos BRICS² e países como Arábia Saudita, Argentina e Turquia, por exemplo), suas economias são reconhecidamente potências em suas respectivas regiões (RUVALCABA, 2013).

Como o sistema capitalista determina o funcionamento das trocas nas economias globais, as dinâmicas econômicas (de crescimento e recessão) são mais nítidas na semiperiferia, na medida em que semiperiferias são naturalmente zonas de atração tanto das economias centrais (dado o custo de produção mais lucrativo), quanto das economias periféricas (em virtude das barreiras migratórias características do centro e porque é a maneira mais fácil de se chegar ao centro).

² Grupo de Estados emergentes (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) nascido de maneira informal na Assembleia das Nações Unidas em 2006, tinha como representantes somente as quatro primeiras economias da sigla – tendo a África do Sul sido inserida cinco anos depois (BRASIL, 2020).

AS EXPANSÕES ECONÔMICAS NA NATUREZA SEMIPERIFÉRICA

Mahutga e Smith (2011) e Ruvacalba (2013) explicam que, na semiperiferia, os efeitos de ascensão e declínio dentro de ciclos econômicos são mais nítidos. Por ser uma área intermediária atraente às outras duas áreas extremas do Sistema, essa zona cresce mais rápido em longo prazo durante as fases de expansão do que o centro ou a periferia. Nesse contexto, Brasil e China despontam como protagonistas de uma nova ordem geopolítica global.

Além de fatores políticos dos dois países que contribuíram para tal protagonismo (como, por exemplo, o fomento à indústria e a políticas de bem estar social), a conjuntura econômica global no início do século XXI (pense-se, por exemplo, na crise de 2008, prejudicial para as economias centrais) favorecia a ascensão de economias em processo de desenvolvimento. Com isso, em decorrência de mudanças estruturais internas e externas em nível mundial, as quais proporcionaram a criação de um bloco capaz de fazer frente às potências hegemônicas, Brasil e China lograram a posição de potências em desenvolvimento (RUVALCABA, 2013).

A EXPANSÃO CONTEMPORÂNEA DA ECONOMIA BRASILEIRA

Segundo Ruvalcaba (2013), desde a década de 1970 o Brasil se destaca como uma potência regional semiperiférica. Mesmo com sucessivos acontecimentos políticos e econômicos marcados por crises, o Brasil historicamente manteve relações de proximidade político-econômica com países centrais. Ademais, o Brasil foi o único país latino-americano a avançar em seu processo de industrialização ao longo do século XX. Mesmo com a desigualdade social e com a economia descentralizada – em que a indústria se desenvolveu em locais determinados enquanto mantinha o dinamismo na produção de commodities -- o Brasil firmou-se na estrutura semiperiférica do Sistema Internacional.

Após o fim do processo de redemocratização, que se consolidou em 1988 com uma nova constituição; e da onda neoliberal do Consenso de Washington que assolou a América Latina nos anos de 1980 e 1990, o Brasil vivenciou (assim como outros países latino-americanos) um novo fenômeno marcado por políticas econômicas heterodoxas que provocaram mudanças estruturais na sociedade. Diante disso, nos anos 2000 surge o Neodesenvolvimentismo, caracterizado por políticas macroeconômicas de fomento à industrialização e ao desenvolvimento socioeconômico.

Indo na contramão do que a ortodoxia econômica estabelece, para Sampaio Jr. (2012), no Neodesenvolvimentismo o Estado é fundamental para a condução da economia. Ou seja, é o Estado que favorece o crescimento industrial e o incremento na infraestrutura. Nas bases teóricas que sustentam a sua atuação (forte influência de Marx, Keynes e Cepal), só é possível alcançar o pleno emprego, superar a pobreza e alcançar maior prestígio internacional por meio da industrialização. Neste sentido, o autor define que o cerne do Desenvolvimentismo é a “a necessidade inescapável de ‘mudanças estruturais’ que ataquem as causas do subdesenvolvimento” (SAMPAIO JR., 2012, p. 674).

Em concordância com os parâmetros desse modelo, Sampaio Jr. (2012) e Prates et al (2019), citam os sucessos de Lula (2003-2010) no que concerne à aplicação de políticas estruturais heterodoxas como maneira de superar os efeitos negativos de políticas ortodoxas dos anos anteriores; as reformas estruturais promovidas durante o Governo Lula no Brasil foram, afinal, significativas para a reafirmação da soberania brasileira em termos globais (SAMPAIO JR., 2012; PRATES; et al, 2019).

Com Lula, o cenário brasileiro era singularizado pela estabilidade monetária num contexto mundial globalizado. Internamente, em nível socioeconômico, o maior desafio do país era combater a pobreza. O considerável índice de vulnerabilidade socioeconômica em que o Brasil se encontrava era tido como entrave ao desenvolvimento econômico. Na era Lula a intenção era fortalecê-las por meio da atração de investimentos para torná-las mais competitivas internacionalmente. Além disso, o país buscava maior inserção internacional através da exportação de seus manufaturados (SAMPAIO JR., 2012).

Contudo, esse modelo ignorou desdobramentos históricos que levaram à sua construção e mascarou a conjuntura econômica global, desconsiderando possíveis reflexos de crises internacionais. Portanto, a proximidade do Neodesenvolvimentismo a entidades privadas sobrepujou o objetivo do país de se desenvolver socialmente.

O acelerado crescimento econômico veio disfarçado de desenvolvimento econômico, pois não foi possível vencer a desigualdade socioeconômica característica da população brasileira. Mesmo com altos índices e grande visibilidade internacional, as mudanças propostas no Neodesenvolvimentismo apenas naturalizaram o capitalismo como único modelo possível para se elaborar políticas econômicas (SAMPAIO JR., 2012, p.685).

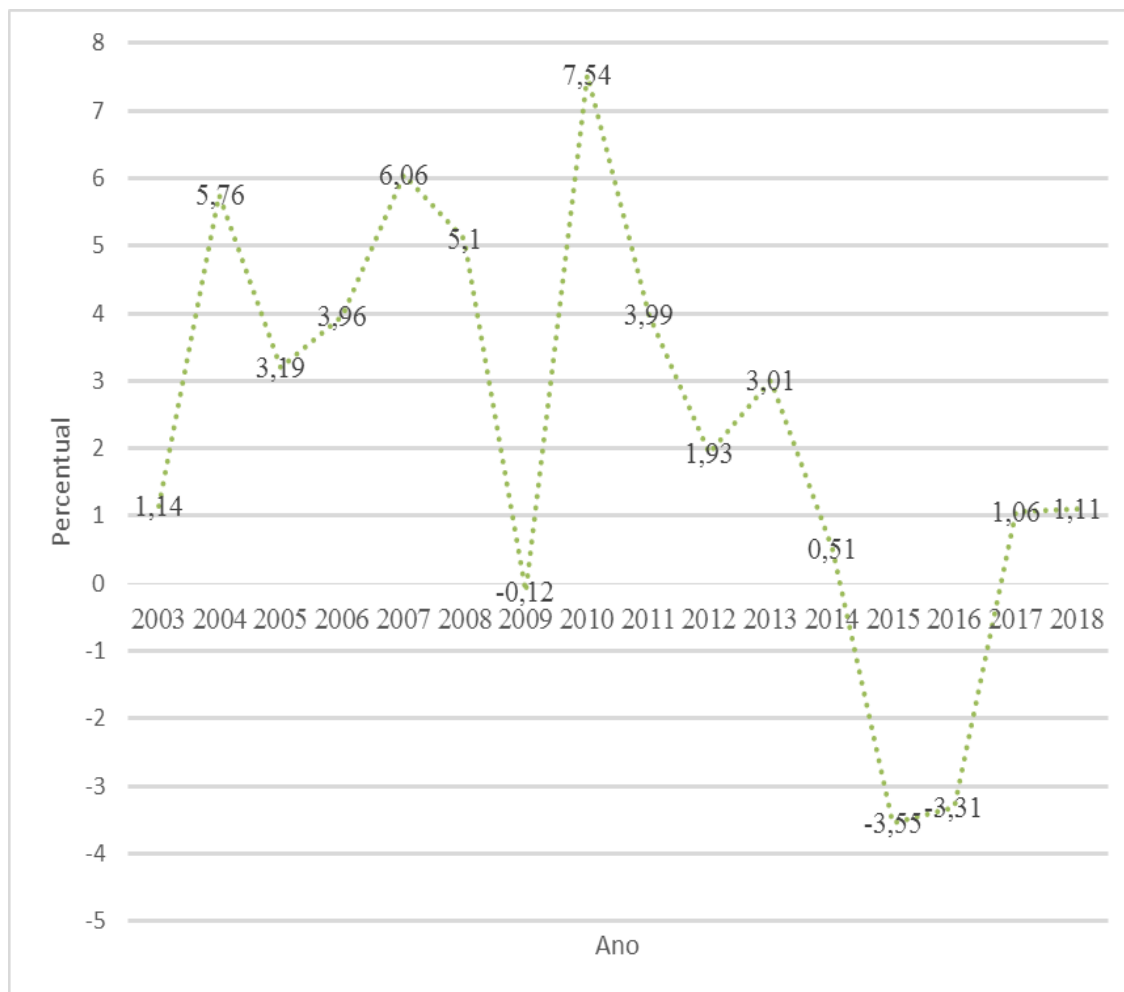
Ainda que Dilma (2011-2016) tenha sido eleita num período em que a economia se reestruturava da crise de 2008, ocorre que, desde o último ano do Governo Lula ao último de Dilma, a economia brasileira vivenciou uma brusca queda: o PIB, que era de aproximadamente US\$ 2,21 trilhões em 2010, caiu para cerca de US\$ 1,8 trilhões em 2016 (WORLD BANK, 2020). Enquanto, num primeiro momento, com Lula, o Brasil cresceu às custas da exportação de commodities e aplicação de políticas anticíclicas para não entrar em colapso com a crise de 2008 – o que se reflete nas variações de 2009 a 2013 (Gráfico 01) – com Dilma, a economia começa a estagnar (BASTOS, 2017; SOUZA; HOFF, 2019).

Isso porque, até o processo de impeachment em 2016, além de enfrentar diversas mudanças na condução de políticas macroeconômicas que combinam políticas ortodoxas com heterodoxas, tanto a esfera política quanto o modelo neodesenvolvimentista começam a dar sinais de desgaste e fragilidade. Além da contribuição dos problemas sociopolíticos, as debilidades econômicas do Brasil ao longo do Governo Dilma se devem, em suma, às políticas de austeridade fiscal e à dependência externa do Brasil em relação a bens industrializados – uma vez que a indústria brasileira e a produção primária estavam condicionadas às dinâmicas de mercado internacional (BASTOS, 2017).

Após o impeachment de Dilma em 2016, com Michel Temer (2016-2018), o Brasil reassumiu o caráter neoliberal na condução da política e da economia. O maior reflexo

disso manifestou-se sob a forma de cortes de políticas sociais e no teto de gastos públicos. Com medidas austeras, o objetivo era retomar o crescimento a longo prazo reduzindo a participação do Estado. Desse modo, em 2017 e 2018, o PIB brasileiro era, aproximadamente, US\$ 2,05 e US\$ 1,87 trilhões respectivamente.

GRÁFICO 01 – Variação (%) anual do crescimento do PIB brasileiro, 2003-2018



Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados da OECD, 2020

Em contrapartida, mesmo com mudanças significativas no eixo político-econômico, enquanto as variações da produção industrial do Brasil em 2003 e 2010 situavam-se respectivamente em torno de -0,3% e 10,17%, em 2018 elas estavam em 0,56% (WORLD BANK, 2020). No mesmo ano, porém, as exportações de commodities

agrícolas e minerais somaram US\$ 239,5 bilhões, tendo a balança comercial brasileira um superávit de 13,7% (BRASIL, 2020).

Um dos pontos levantados pela Teoria do Sistema-Mundo quanto à semiperiferia diz respeito à produção industrial e ao uso intensivo de tecnologia em paralelo à produção de commodities para exportação. Ainda que a variação do crescimento industrial brasileiro tenha decaído e as exportações tenham aumentado, o país ainda se enquadra no contexto de semiperiferia – uma vez que, mesmo com os problemas internos, ainda é um *player* de grande relevância entre os países emergentes.

O MILAGRE ECONÔMICO CHINÊS

De meados do século XIX, com a Guerra do Ópio (1836), passando pela Revolução Chinesa (1949), até 1976, com a Revolução Cultural, a trajetória da RPC foi marcada por tensionamentos internos combinados com a subordinação às potências imperialistas. Até a abertura econômica, a trajetória chinesa – Revolução até as reformas econômicas – é caracterizada pela marginalização e isolamento do país no contexto do Sistema Internacional (PAUTASSO, 2019).

Por isso, quando se trata do atual posicionamento internacional chinês (pelo qual é reconhecido como importante *player* econômico e político) pode-se afirmar que ele é fruto de reformas e da abertura econômica que o país experimentou a partir da década de 1980 – mais precisamente, com o Líder Político Deng Xiaoping³, de 1978 a 1992.

Quando Deng Xiaoping se tornou Líder da RPC, em 1978, a China era um país pobre e populoso, com a maior parte da população composta por camponeses (FERNANDES; WEGNER, 2018). Segundo Jabbour (2010) e Herrera e Long (2018), a estrutura produtiva chinesa até então equiparava-se à da União Soviética (URSS) em 1938, pois se tratava então de um país agrário com uma estrutura produtiva baseada na subsistência. Como somente pequena parte da produção era comercializada, a produção era predominantemente feudal. Até então, o país era economicamente descentralizado e atrasado e já manifestava adversidades sociais no desenvolvimento da divisão do

³ Líder Político da RPC é um título atribuído àquele que influencia e representa os mais altos setores de poder na China: Partido Comunista, Conselho de Estado e Forças Armadas (KISSINGER, 2011).

trabalho. Isso gerava problemas para com o crescimento da economia e, conseqüentemente, na distribuição de recursos (JABBOUR, 2010; HERRERA; LONG, 2018).

As mudanças foram realizadas a partir de reformas internas em quatro áreas basilares: agricultura, indústria, tecnologia e forças armadas. Para efetivar tais reformas, a alternativa encontrada por Deng Xiaoping foi abrir a RPC para o desenvolvimento tecnológico fruto da globalização; participar da revoada dos gansos asiáticos; e tirar proveito da nova relação com os Estados Unidos. Diante desse cenário, as políticas de Deng Xiaoping buscaram dinamizar o país, com o objetivo de tornar a China um país moderno e industrialmente desenvolvido (a exemplo de seus vizinhos), ao mesmo tempo em que buscava diminuir a distância econômica do país em relação ao ocidente (JABBOUR, 2010; VISENTINI, 2011; FERNANDES; WEGNER, 2018).

Ainda que Deng buscasse fomentar a economia chinesa por meio da industrialização e conseqüente abertura comercial, a ideologia do Partido Comunista Chinês não foi ignorada. Sabidamente, um dos pilares do socialismo é a meta de dissolver a divisão social do trabalho. Ora, o modelo político-econômico chinês é definido como socialismo de mercado, uma vez que o Estado não trocou a ideologia marxista-leninista pelo liberalismo; de fato, o modelo de desenvolvimento econômico progrediu paralelamente com o Partido Comunista (JABBOUR, 2010; FERNANDES; WEGNER, 2018; HERRERA; LONG, 2018).

Jabbour (2010), Monte et al (2017) e Zago (2017) argumentam que, ao fortalecerem a agricultura, as mudanças estruturais provocaram o aumento da produtividade em outros setores da economia. Isso se deve ao fato de os incentivos ao crédito rural terem estruturado o mercado interno consumidor de manufaturados. Conseqüentemente, este mercado interno impulsionou a circulação monetária, o que levou os governos seguintes a sofisticarem suas políticas cambiais e monetárias.

A China conseguiu se inserir efetivamente no Sistema Internacional em 1984, a partir da implantação das Zonas Econômicas Especiais (ZEE). As ZEE eram responsáveis por abrigar indústrias de bens manufaturados destinados à exportação. Essas zonas foram estrategicamente instaladas na parte leste, próximas a Coreia do Sul, Hong Kong,

Macau e Taiwan, pois pretendia-se que se tornassem zonas de convergência em relação aos territórios abertos e aos vizinhos asiáticos, ao passo que contribuiriam com a urbanização do país (ZAGO, 2017; FERNANDES; WEGNER, 2018).

Além disso, as ZEE atraíam investimentos para as regiões em que estavam localizadas. À medida em que empresas estrangeiras – especialmente estadunidenses -- investiam em território chinês, o país se beneficiava de tecnologia estrangeira (GUIMARÃES, 2012). As transnacionais que investiam na China, além de terem acesso a mão-de-obra barata, “desfrutavam de tratamento distinto quanto a impostos, infraestrutura, menos burocracia, legislação mais flexível etc.” (FERNANDES; WEGNER, 2018, p. 37). Tais fatores colaboraram com o desenvolvimento das cidades e dos setores produtivos, o que vem a ter seus reflexos no crescimento do país. Em contrapartida, a urbanização provocada pelas ZEE facilitou o aumento das atividades criminosas e a consolidação da burguesia como uma nova classe social no país, sendo esse um dos fatores de tensionamento dentro do Partido Comunista Chinês.

Quando Deng Xiaoping deixou a presidência, em 1992, o PIB da China situava-se um pouco acima de U\$ 426 bilhões (WORLD BANK, 2020). Em termos de PIB e renda, o país crescia a uma média de 9% ao ano, superando o crescimento médio dos Estados Unidos, que até então estava entre 3% e 4% ao ano (GUIMARÃES, 2012). A partir de então, nos governos posteriores, a RPC manteve as reformas internas e a abertura da economia iniciadas com Deng.

Nas décadas de 1990 e 2000, precisamente com Jiang Zemin (1992-2004) e Hu Jintao (2004-2013), parte do desenvolvimento chinês foi alicerçado pelo comércio exterior. O funcionamento das ZEE, somado às políticas cambiais e ao grande exército de mão-de-obra barata deram à China a dimensão de potência emergente no Sistema Internacional. Daí resulta que o país tenha convertido os investimentos de transnacionais na infraestrutura e em políticas sociais do país. Isso despertou a atenção do ocidente após o fim da Guerra Fria, uma vez que eram os Estados Unidos a hegemonia econômica global (GUIMARÃES, 2012; NOGUEIRA, 2018).

As políticas cambiais e monetárias, bem como as privatizações de pequenas estatais a nacionais chinesas, favoreceram as exportações de manufaturados chineses

dentro desse período. Ao desvalorizar a moeda sucessivamente, a China promovia as exportações e acumulava divisas como estratégia de combate à pobreza. Mesmo após a consumação de sua entrada na Organização Mundial de Comércio (em 2001) e com as pressões inflacionárias provocadas pela desvalorização quatro anos depois, em 2011 o país exportava US\$ 1,65 bilhões e detinha a reserva de, aproximadamente, US\$ 3,25 bilhões (GUIMARÃES, 2012; WORLD BANK, 2020). Enquanto em 2018, de acordo com o World Bank (2020), as exportações chinesas eram de US\$ 2,65 bilhões, tendo de reserva US\$ 3,17 bilhões, aproximadamente.

Diante dessa conjuntura, a partir de meados dos anos 2000 – especialmente após a crise financeira de 2008, em que Estados Unidos e Europa tiveram suas economias afetadas pela crise, a RPC inaugura uma nova fase político-econômica. Intitulada como Novíssima China por Visentini (2011), além de dar continuidade as mudanças feitas por Deng Xiaoping, o período caracteriza-se pela ascensão do país na OMC, bem como pela consolidação econômica durante o pós-crise. No entanto, como destaca o autor, a Novíssima China encontra na complexa projeção multilateral no Sistema Internacional um obstáculo.

Essencialmente, com Xi Jinping, a partir de 2013, a China tem expandido substancialmente suas ações no Sistema Internacional, baseando-se em seu modelo pacífico de desenvolvimento. Mesmo que a economia tenha crescido a um ritmo mais lento em relação aos anos anteriores (a taxas médias de 6% ao ano desde 2014), atualmente a China ocupa a posição de segunda maior economia do mundo, alcançado em 2018 o PIB de US\$ 13,61 trilhões (WORLD BANK, 2020).

A conduta pacífica chinesa numa atuação internacional tem produzido seus reflexos na geopolítica global, principalmente no que toca à atuação regional no bloco da ASEAN (Associação de Nações do Sudeste Asiático); a Nova Rota da Seda (*One Belt, One Road Initiative*), em que busca interligar parceiros comerciais em uma única rota; e o projeto *Made in China 2025*, cujo objetivo é promover setores econômicos por meio do fomento da inovação tecnológica. Ao mesmo tempo, tal expansão tem provocado tensionamentos com os Estados Unidos, uma vez que o crescimento da China ameaça a hegemonia estadunidense (PAUTASSO, 2019).

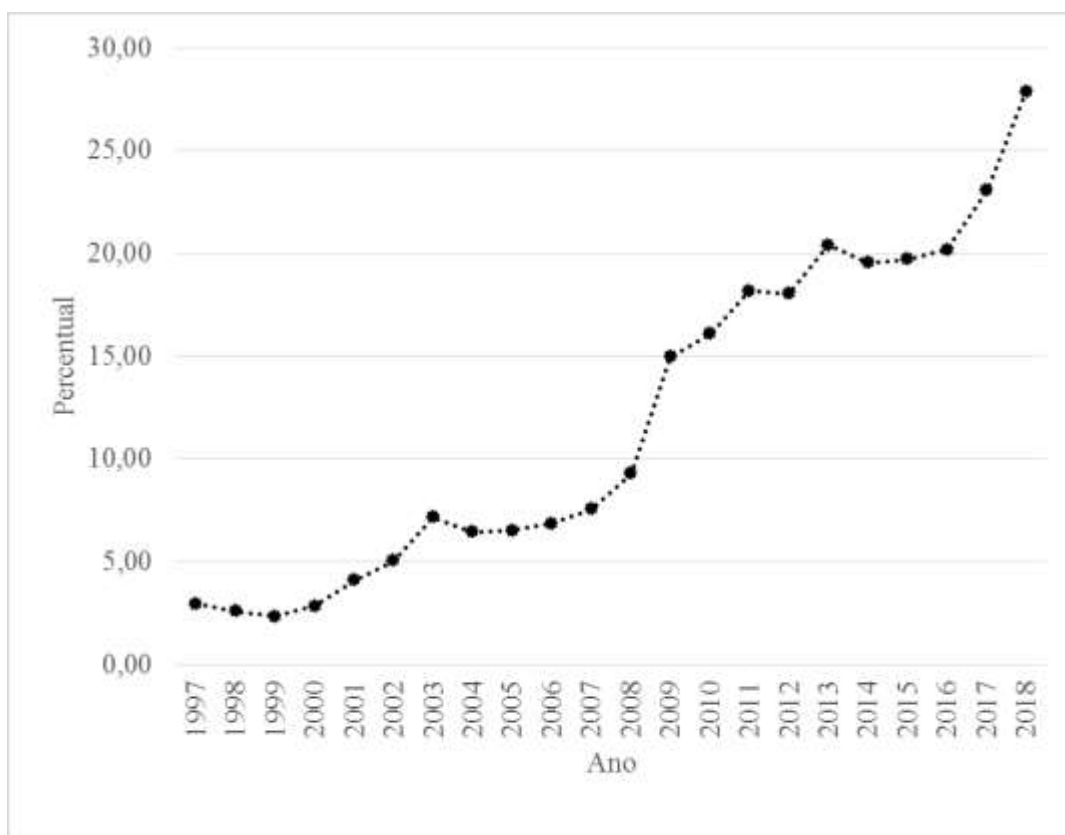
Nesse sentido, ao dar prosseguimento às políticas iniciadas com Deng Xiaoping – de desenvolver a indústria e a infraestrutura do país, e priorizar em sua agenda questões político-econômicas regionais e auxiliar no desenvolvimento de países não centrais, pacificamente a China alcançou a posição de segunda economia do mundo. No entanto, o prestígio alcançado dentro do Sistema Internacional custou ao país uma série de disputas comerciais com os Estados Unidos.

AS RELAÇÕES ECONÔMICO-COMERCIAIS SINO-BRASILEIRAS

Ainda que as relações econômicas entre Brasil e China sejam históricas (tendo sido retomadas na década de 1970), elas adquiriram maior profundidade nos anos 2000. Nesse período, os dois países mantinham posicionamento similar quanto à condução de suas políticas externas; também semelhantes eram seus respectivos posicionamentos em questões internacionais, tais como a defesa da autonomia no Sistema Internacional, prioridade dada à soberania nacional e o respeito aos povos, com ênfase no relacionamento com vizinhos, seguido pelo relacionamento com os demais países em desenvolvimento. Dito de outro modo, Brasil e China adquiriram certa responsabilidade na condução e manutenção das relações multilaterais Sul-Sul (ALTEMANI, 2010; 2016).

Vistas sob essa luz, as relações sino-brasileiras se mostraram promissoras. Além dessas similaridades, os dois países buscavam desenvolver-se internamente e expandir-se como *players* autônomos no Sistema Internacional. Ademais, com o aquecimento da economia brasileira a partir de 2003 (em virtude do aumento da demanda por commodities agrícolas e minerais que impulsionaram as exportações e do crescimento acelerado chinês) as relações entre os dois países evoluíram de maneira substancial a partir do ano de 2008. Embora a crise tenha afetado a balança comercial com uma ligeira queda no ano seguinte, a partir de 2010 as relações comerciais foram ascendentes, conforme Gráfico 02.

Gráfico 02 – Evolução da participação das exportações brasileiras, em percentual, para a China, 1997 – 2018



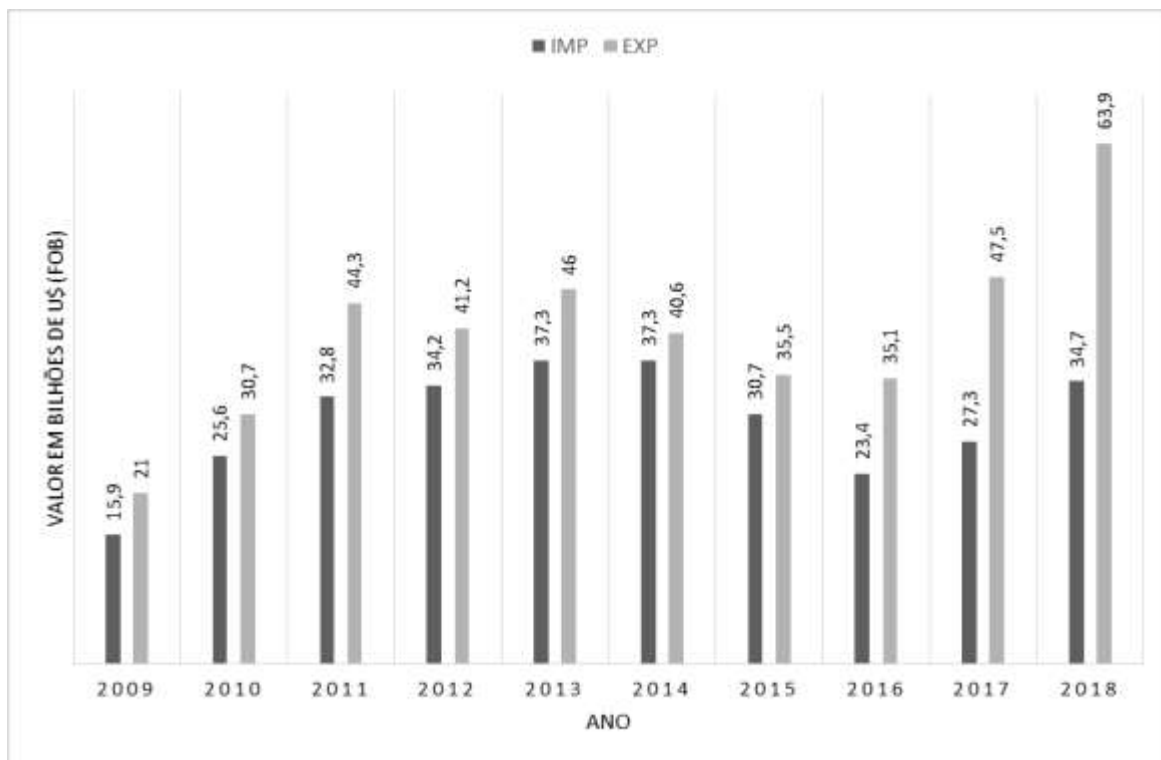
Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados do MDIC.

Nota: Inclui China, Hong Kong e Macau.

Desde 2009, a China é o principal parceiro econômico do Brasil, superando a participação estadunidense na balança comercial do país. As razões para tanto, segundo Altemani (2010) e Gomide (2017), são: (1) ainda que a balança comercial brasileira tenha sentido os efeitos da crise de 2008, o fato de o Brasil ter conseguido reerguer-se graças ao controle do governo, aplicando medidas econômicas de crescimento a longo prazo; (2) uma política externa que visava diversificação de parceiros econômicos; e (3) a capacidade chinesa para manter a demanda forte diante da crise. Ademais, considera-se também que, em 2010, Lula e Hu Jintao assinaram um Plano de Ação Conjunta com o qual visavam institucionalizar a relação dos dois países por meio do “estabelecimento de metas e a criação de mecanismos permanentes de consulta e coordenação” (ALTEMANI,

2010, p. 94). No Gráfico 03 pode-se observar a evolução das importações e exportações entre os dois países.

Gráfico 03 – Evolução das importações e exportações brasileira para china, 2009-2018



Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados do Comex Vis, 2020

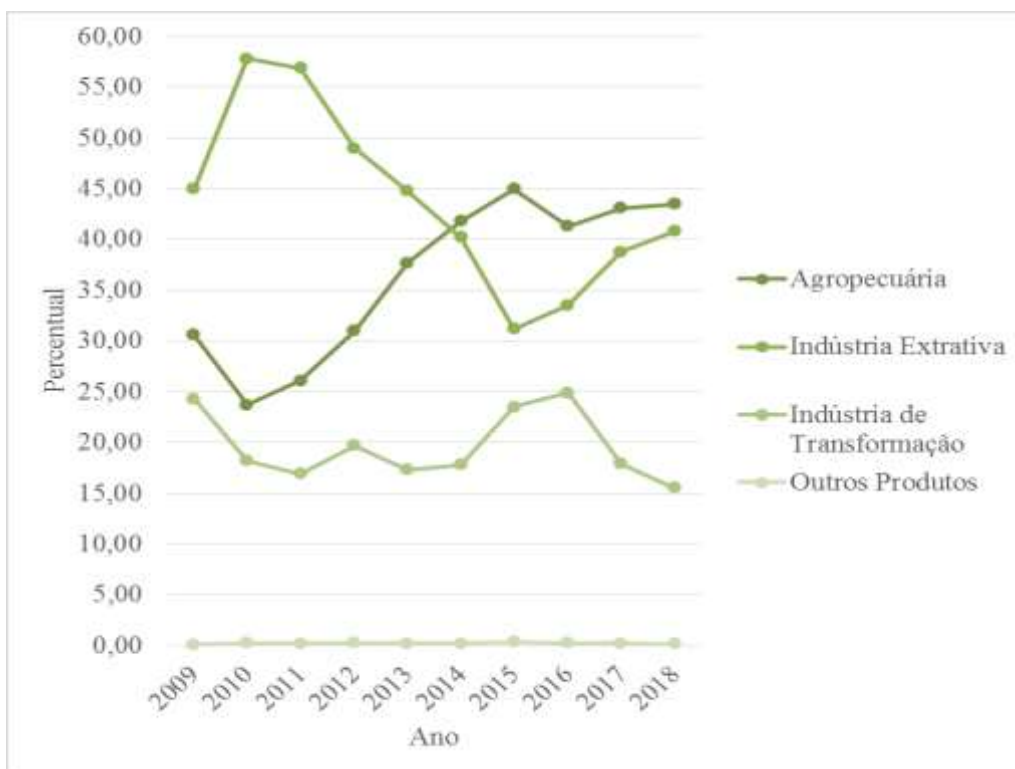
Assim sendo, a expressiva participação chinesa na balança comercial brasileira se deve à necessidade chinesa de produtos básicos, ao passo que o Brasil tem como pauta de importação bens industrializados; e à presença chinesa nos demais países latino-americanos, os quais substituíram o Brasil pela China em suas respectivas balanças comerciais. Ainda que as exportações brasileiras se tenham concentrado em bens primários, para a América Latina, a pauta exportadora brasileira voltou-se para produtos manufaturados (HIRATUKA; SARTI, 2016).

Somente em 2009, “do total de exportações brasileiras para a China em 2009, 76,8% correspondeu a produtos básicos, enquanto que para o mundo este índice esteve em torno de 30%” (ALTEMANI, 2010, p. 95). Em 2018, o índice ultrapassa 80%,

evidenciando que a China se tornou o destino das exportações brasileiras (CYSNE, 2019; BRASIL, 2020).

Ainda que o fluxo comercial com a China seja favorável ao crescimento brasileiro, nota-se que as relações são assimétricas. Isto é, o crescimento chinês é um dos fatores que levam o Brasil a priorizar atividades agrícolas e extrativas em sua pauta exportadora, haja vista que a China necessita de insumos básicos para manter sua população e ritmo de crescimento produtivo. Em contrapartida, segundo dados do Conselho Empresarial Brasil - China (CARIELLO, 2019) e do Ministério da Economia (2020), desde 2001 o volume de importações de produtos chineses é crescente; tenha-se em conta que, desde 2012, a China é a principal fornecedora do Brasil, superando US\$ 34,25 bilhões no respectivo ano (CARIELLO, 2019; BRASIL, 2020). No Gráfico 04, pode-se observar a evolução das exportações brasileiras para a China por tipo de produto.

Gráfico 04 – Evolução das exportações brasileiras para a china por tipo de produto, em percentual, 2009 – 2018



Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados do Comex Vis, 2020

Desde 2012, bens manufaturados, com caráter de média e alta tecnologia, correspondem a mais de 90% dos produtos chineses importados (GOMIDE, 2017; MORAES; et al, 2019). Em 2018, mais de 80% das importações realizadas pelo Brasil eram compostas por bens de capital; desses, cerca de 19% correspondiam a produtos chineses. Especificamente US\$ 34,57 bilhões referentes ao setor da indústria de transformação, dos quais aproximadamente US\$ 3,9 bilhões correspondiam a equipamentos de telecomunicação. Com isso, das demais importações chinesas, que abrangem produtos agropecuários (produtos hortícolas, vegetais e especiarias), bens da indústria extrativa (minerais e fertilizantes em bruto) e outros produtos (materiais impressos e resíduos de materiais) compõem 0,46% do total de bens importados (BRASIL, 2020).

Já em termos de investimento direto, segundo Hiratuka e Sarti (2016), os fluxos acompanham o desenvolvimento da balança comercial dos dois países. Se levarmos em consideração os investimentos chineses no restante do mundo, concluiremos que a contribuição no Brasil é pequena. Contudo, entre 2007 e 2018, os investimentos chineses no Brasil estiveram em torno de US\$ 58 bilhões. Somente em 2018, os investimentos chineses foram de US\$ 3 bilhões – menores que os de 2017, que foram de 8,8 bilhões. Ainda que outros setores também fossem beneficiados, o principal beneficiário dos investimentos chineses foi o setor agropecuário (CARIELLO, 2019).

As quedas de investimentos e fragilidades na balança comercial em 2018 se devem ao cenário político transitório do Brasil. No contexto pós-Impeachment de Dilma Rousseff, até 2018, de acordo com o posicionamento brasileiro, as relações bilaterais Brasil-China eram estratégicas para os dois países. No entanto, mesmo sendo nítida a relevante participação chinesa na balança comercial brasileira, na corrida eleitoral de 2018, o atual Presidente da República, Jair Bolsonaro, manifestou em diversas ocasiões ser pró Estados Unidos – mais precisamente, manifestou-se como apoiador das articulações políticas do Presidente Donald Trump, sinalizando assim uma postura “anti-China” (CARIELLO, 2019; VIDIGAL, 2019).

Apesar disso, o boletim do IPEA (OLIVEIRA; et al, 2019) prevê que tanto os investimentos diretos, quanto o fluxo de importação e de exportação tenham aumentos

contínuos até 2030. Apesar desse prospecto de crescimento, contudo, as relações tendem a continuar assimétricas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Junto com os demais membros do grupo dos BRICS, Brasil e China despontaram no Sistema Internacional como potências emergentes. Com um histórico comum como dependentes de economias centrais, o crescimento dos dois países despertou a atenção de organismos internacionais (tais como Organização Mundial do Comércio e Fundo Monetário Internacional) e dos Estados Unidos, que é o país hegemônico. No entanto, mesmo com desempenho econômico notável, os dois países mantiveram o caráter de semiperiferia. Ou seja, além de serem potências influentes em suas regiões e terem Estados periféricos dependentes do desenvolvimento de suas economias, Brasil e China mantiveram estruturas produtivas características da periferia (produção de bens primários para a exportação) mescladas com a produção de bens de médio e alto valor agregado, tal como acontece no centro.

Porém, por ser uma estrutura híbrida e mais dinâmica que as outras estruturas do Sistema-Mundo, a semiperiferia consegue operar como dois tipos distintos de Estado. Isto é, ela manifesta tanto características de Estados que possuem estrutura produtiva mais próxima do centro, (aqueles com desenvolvimento industrial e tecnológico) quanto características de Estados mais próximos da periferia (aqueles cujas atividades produtivas principais voltam-se para a exportação de commodities). O que separa o Brasil da China dentro da semiperiferia são essas distinções: o crescimento industrial fez da China a segunda maior economia do mundo; o Brasil, por seu turno, priorizou a produção de bens primários para exportação.

De modo geral, ao analisar a balança comercial brasileira, é perceptível a influência chinesa no desempenho do comércio exterior brasileiro. À medida que a China cresce economicamente, os fluxos de demanda por produtos básicos também aumentam. Além da balança comercial dessa relação (no contexto da qual o Brasil é o maior fornecedor de alimentos e insumos ao mesmo tempo em que é um destino

confiável para investimentos chineses), Brasil e China celebraram uma série de acordos dentro e fora do contexto dos BRICS. Tais acordos abrangem as áreas comercial e financeira e incluem cooperação entre setores produtivos (tais como a indústria, energia, infraestrutura e inovações no agronegócio), ciência e tecnologia, e até cultura e turismo.

Nos governos seguintes a Lula (com Dilma Rousseff e Michel Temer), apesar da desaceleração da economia brasileira e dos obstáculos políticos em nível interno, o Brasil continuou tendo a RPC como principal parceira comercial; o saldo da balança comercial com a China continuou, desse modo, em ritmo crescente.

Entretanto, a partir de 2016, as relações bilaterais sino-brasileiras adquiriram um formato mais financeiro, diferente da perspectiva do multilateralismo de seus antecessores. No Governo Temer, o Brasil via nos investimentos de empresas chinesas a oportunidade de efetivar seus projetos de concessões e privatizações. Sob esse prisma, a China era vista como principal compradora dos pacotes de desestatização e, conseqüentemente, passou a considerar seus investimentos como forma de alívio da máquina pública brasileira.

Contudo, as declarações anti-China e pró-EUA do atual Presidente durante a corrida eleitoral em 2018 e no início do Governo tornaram frágeis as relações brasileiras com o país asiático. Isso evidenciou a dependência do Brasil em relação aos acordos firmados com aquela nação; estima-se, ademais, que substituição da China pelos Estados Unidos geraria incertezas na economia brasileira.

Embora a China ainda exporte bens primários (algo característico da semiperiferia), a tendência é que, em médio prazo, ela ultrapasse os Estados Unidos como a maior economia mundial. Ainda que o limbo entre a semiperiferia e o centro no qual a China se encontra seja de classificação complexa, no sentido intrínseco do Sistema-Mundo, o Brasil é uma semiperiferia dependente de outra.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, Marisa Silva. *Teorias do imperialismo e da dependência: a atualização necessária ante a financeirização do capitalismo*. 2012. Tese de Doutorado em

Economia. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em:

<<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12140/tde-09102012-174024/publico/MarisaSilvaAmaralVC.pdf>>. Acessado em 04 de abril de 2020.

ARRIGHI, Giovanni; DRANGEL, Jessica. The stratification of the world-economy: an exploration of the semiperipheral zone. *Review (Fernand Braudel Center)*, v. 10, n. 1, p. 9-74, 1986. Disponível em:

<https://krieger2.jhu.edu/arrighi/1986_Arrighi_Stratification_World_Economy.pdf>.

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. “Ascensão e crise do governo Dilma Rousseff e o golpe de 2016: poder estrutural, contradição e ideologia”. *Revista de Economia Contemporânea*, v. 21, n. 2, 2017. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-98482017000200209>. Acessado em 19 de abril de 2020.

BRASIL. Ministério da Economia. Secretaria da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. *Comex Vis Países Parceiros: China*. Brasília, 2019. Disponível em:

<<http://www.mdic.gov.br/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior/comex-vis/frame-pais>>. Acessado em 26 de março de 2020.

BRASIL. Ministério da Economia. *Comex Stat*. Disponível em:

<<http://comexstat.mdic.gov.br/pt/geral>>. Acessado em 26 de março 2020.

BRASIL. Ministério da Economia. Ministério das Relações Exteriores. *BRICS – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul*. Brasília, 2019. Disponível em:

<<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/mecanismos-inter-regionais/3672-brics>>. Acessado em 26 de março de 2020.

CARIELLO, Túlio. *Investimentos Chineses no Brasil 2018: o quadro brasileiro em perspectiva global*. Conselho Empresarial Brasil-China (org.). Rio de Janeiro: CEBC, 2019.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História da Política Exterior do Brasil*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2012.

CHIZZOTTI, Antonio. “A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais: evolução e desafios”. *Revista portuguesa de educação*, 2003, v. 16, n. 2, p. 221-236. Disponível em

<http://www.grupodec.net.br/wp-content/uploads/2015/10/Pesquisa_Qualitativa_em_Ciencias_Sociais_e_Humanas_-_Evolucoes_e_Desafios_1_.pdf>. Acessado em 07 de março de 2020.

CYSNE, Rubens. “Comércio exterior brasileiro: China desloca Estados Unidos e área do euro”. *Revista Conjuntura Econômica*, v. 73, n. 4, p. 31-33, 2019. Disponível em:

<https://scholar.google.com/scholar_url?url=http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rce/article/download/80397/76740&hl=pt-BR&sa=T&oi=gsb-gga&ct=res&cd=0&d=4241864804997214410&ei=UgiiXovgNjXGmAH266HgAw&scisig=AGBfm2nti44YKklZZXKP3KM8R6-6GGIPA>. Acessado em 15 de abril de 2020.

FERNANDES, Marcelo Pereira; WEGNER, Rubia Crisitina. “Expansão da China e Imperialismo-Uma breve elucidação”. *OIKOS*, 2019, v. 17, n. 3, p. 31-41. Disponível em: <<http://www.revistaoidos.org/seer/index.php/oikos/article/view/513/284>>. Acessado em 13 de abril de 2020.

GOMIDE, Flávia Maciel. *Comércio Brasil e China: uma relação de interdependência*. 2017. 65f. Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais. Instituto de Relações Internacionais, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/101/101131/tde-08092017-154838/publico/Flavia_Maciel_Gomide.pdf>. Acessado em 20 de abril de 2020.

GUIMARÃES, Alexandre Queiroz. “A Economia Política do Modelo Econômico Chinês: o Estado, o mercado e os principais desafios”. *Revista de Sociologia e Política*, v. 20, n. 44, 2012. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/rsp/article/viewFile/34424/21348>>. Acessado em 14 de abril de 2020.

HALLIDAY, Fred. *Repensando as Relações Internacionais*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

HERRERA, Rémy; ZHIMING, Long. “O Enigma do Crescimento Chinês”. *Pesquisa & Debate*, 2018, v. 29, n. 1 (53), p. 08-22. Disponível em: <https://scholar.google.com/scholar_url?url=http://ken.pucsp.br/rpe/article/download/38266/25961&hl=pt-BR&sa=T&oi=gsb-gga&ct=res&cd=0&d=15419400114185343544&ei=aMSVXuj3BljMmAGK3oilBg&scisig=AGBfm1JeokCaDiU-7iBV4pBwiPWcV17NQ>. Acessado em 13 de abril de 2020.

HIRATUKA, Célio; SARTI, Fernando. “Relações econômicas entre Brasil e China: análise dos fluxos de comércio e investimento direto estrangeiro”. *Revista Tempo do Mundo*, v. 2, n. 1, p. 83-98, 2016. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/6134/1/TdM_v2_n1.pdf#page=85>. Acessado em 02 de março de 2020.

JABBOUR, Elias M. K. *Projeto Nacional, Desenvolvimento e Socialismo de Mercado na China de Hoje*. Tese de Doutorado em Geografia. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

KISSINGER, Henry. *Sobre a China*. Editora Objetiva, 2011.

MAHUTGA, Matthew C.; SMITH, David A. “Globalization, the structure of the world economy and economic development”. *Social Science Research*, v. 40, n. 1, p. 257-272, 2011. Disponível em: <<https://www.infona.pl/resource/bwmeta1.element.elsevier-73145c8e-bb47-3ea3-bca2-972e81fdf2dc>>. Acessado em 05 de abril de 2020.

MENDONÇA, Tiago Miguel Galão. “A crise enquanto momento de um ciclo econômico: As crises dos séculos XIX, XX e XXI”. *SSRN*, 2019. Disponível em: <https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=3427782#references-widget>. Acessado em 06 de abril de 2020.

NOGUEIRA, Isabela. “Estado e capital em uma China com classes”. *Revista de Economia Contemporânea*, v. 22, n. 1, 2018. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rec/v22n1/1415-9848-rec-22-01-e182211.pdf>>. Acessado em 04 de abril de 2020.

OECD. *Gross domestic product indicator*, 2020. Disponível em: <<https://data.oecd.org/gdp/gross-domestic-product-gdp.htm#indicator-chart>>. Acessado em 20 de abril de 2020.

OLIVEIRA, Henrique Altemani de. “Brasil e China: uma nova aliança não escrita?”. *Revista Brasileira de política internacional*, v. 53, n. 2, p. 88-105, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v53n2/05>>. Acessado em 19 de abril de 2020.

OLIVEIRA, Henrique Altemani de. “Brasil-China: uma parceria predatória ou cooperativa?”. *Revista Tempo do Mundo*, v. 2, n. 1, p. 143-160, 2016. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/6134/1/TdM_v2_n1.pdf#page=85>. Acessado em 30 de março de 2019.

OLIVEIRA, Ivan T. M. et al. “Avaliação dos impactos sobre a economia brasileira de um acordo de livre comércio do Brasil com a China”. *IPEA*, 2019. Disponível em: <<http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/9532>>. Acessado em 21 de abril de 2020.

PAUTASSO, Diego. “Desenvolvimento e Poder Global da China: a Política Made In China 2025”. *Revista Brasileira de Estratégia e Relações Interacionais*, 2019, p. 183-198. Disponível em: <<https://www.seer.ufrgs.br/austral/article/view/88779/54807>>. Acessado em 13 de abril de 2020.

PRATES, Daniela M. et al. “O desenvolvimentismo pode ser culpado pela crise? Uma classificação das políticas econômica e social dos governos do PT ao governo Temer”. *Texto para Discussão IE/UFRJ*, n. 009, 2019. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Luiz_Paula/publication/332767622_O_desenvolvimentismo_pode_ser_culpado_pela_crise_Uma_classificacao_das_politicas_economicas_e_social_dos_governos_do_PT_ao_governo_Temer/links/5cc8e4e6299bf120978b6d86/O-desenvolvimentismo-pode-ser-culpado-pela-crise-Uma-classificacao-das-politicas-economicas-e-social-dos-governos-do-PT-ao-governo-Temer.pdf>. Acessado em 19 de abril de 2020.

RUVALCABA, Daniel Efrén Morales. “Inside the BRIC: Analysis of the Semiperipheral Nature of Brazil, Russia, India and China”. *Austral: Brazilian Journal of Strategy & International Relations*, v. 2, n. 4, 2013. Disponível em: <<https://www.seer.ufrgs.br/austral/article/view/40942/26976>>. Acessado em 31 de março de 2020.

SAMPAIO JR., Plínio de Arruda. “Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa”. *Serviço Social & Sociedade*, n. 112, p. 672-688, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ssoc/n112/04.pdf>>. Acessado em 18 de abril de 2020.

SERIGATI, Felipe; POSSAMAI, Roberta. “Ciclos de Kondratieff e o agronegócio brasileiro: a importância da conjuntura externa para o crescimento do setor entre 2000 e 2015”. In: VIEIRA FILHO, José E. Ribeiro et al (eds.). *Agricultura, Transformação Produtiva e Sustentabilidade*. Brasília: Ipea, 2016, p. 251-278.

SOUZA, Mariana Barbosa de; HOFF, Tuize Silva Rovere. “O governo Temer e a volta do neoliberalismo no Brasil: possíveis consequências na habitação popular”. *Revista Brasileira de Gestão Urbana*, v. 11, 2019. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2175-33692019000100256&script=sci_arttext&tlng=pt>. Acessado em 18 de abril de 2020.

VIDIGAL, Carlos E. “Bolsonaro e a Reorientação da Política Exterior Brasileira”. *Meridiano* 47. Brasília, n. 20, 2019. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/MED/article/view/27792/24440>>. Acessado em 21 de abril de 2020.

VIGEVANI, Tullo et al. “A contribuição marxista para o estudo das relações internacionais”. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, n. 83, p. 111-143, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n83/a05n83.pdf>>. Acessado em 20 de março de 2020.

VILLELA, Eduardo V. M. “As relações comerciais entre Brasil e China e as possibilidades de crescimento e diversificação das exportações de produtos brasileiros ao mercado consumidor chinês”. *Grupo de Estudos da Ásia-Pacífico PUC/SP*, 2004. Disponível em: <<https://www.pucsp.br/geap/artigos/art4.PDF>>. Acessado em 29 de fevereiro de 2020.

VISENTINI, Paulo G. F. “A Novíssima China e o sistema internacional”. *Revista de Sociologia Política*. Curitiba, v. 19, n. suplementar, p. 131-141, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v19s1/09.pdf>. Acessado em 02 de março de 2020.

WALLERSTEIN, Immanuel. “Análise dos sistemas mundiais”. In: GIDDENS, Anthony; TURNER, Jonathan (orgs.). *Teoria Social Hoje*. São Paulo: Ed. UNESP, 1999.

WALLERSTEIN, Immanuel. *World-Systems Analysis: an introduction*. Durham: Duke University Press, 2004.

World Bank. *World Development Indicators*, 2020. Disponível em: <<https://databank.worldbank.org/reports.aspx?source=2&country=CHN#>>. Acessado em 14 de abril de 2020.

ZAGO, Lisandra. *Estratégias político-econômicas chinesas e suas consequências socioambientais: uma análise do período entre Mao Zedong a Deng Xiaoping*. 2017. Tese de Doutorado em Sociologia. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/330851>>. Acessado em 10 de abril de 2020.

Altacir Bunde - Possui graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Católica de Pelotas (UCPel); Mestrado em Geografia pela Universidade Federal de Goiás (UFG), campus de Catalão; doutorado em Geografia pelo Instituto de Estudos Socioambientais (IESA), da Universidade Federal de Goiás (UFG); professor de Economia Brasileira do curso de Ciências Econômicas e de Relações Internacionais, da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), campus de Santana do Livramento (RS); Líder do Grupo de Estudo Interdisciplinar em Sociedade, Ambiente e Território - GEISAT cadastrado no CNPq.

Marcia Luiza Cruz Aguirre - Bolsista de Mestrado - CNPq no Programa de Pós-Graduação em Economia do Desenvolvimento da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Bacharela em Relações Internacionais pela Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) e graduanda do curso de Ciências Econômicas também pela mesma instituição. Pós-graduada (Especialista) em Desenvolvimento Territorial e Agroecologia pela Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS) em 2019; e pós-graduada (Especialista) em Relações Internacionais Contemporâneas pela UNIPAMPA em 2020.

Kamilla Raquel Rizzi - É professora associada de Relações Internacionais da Universidade Federal do Pampa/UNIPAMPA. Doutora em Ciência Política, Mestre em Relações Internacionais e Licenciada em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. É coordenadora do Núcleo de Análise de Política Externa Brasileira (NaPEB/UNIPAMPA), pesquisadora do GeÁFRICA/UNIPAMPA e pesquisadora associada do Centro Brasileiro de Estudos Africanos (CEBRAFRICA) e do Núcleo de Estratégia e Relações Internacionais (NERINT/UFRGS).

Anna Carletti – Professora Associada no Curso de Relações Internacionais da Universidade Federal do Pampa e Docente no Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba. Possui graduação em Línguas e Literaturas Estrangeiras Modernas - Università Degli Studi Di Roma La Sapienza (1996), Especialização em História da China e da Ásia Oriental - I.S.I.A.O de Roma. É Doutora em História pela UFRGS (2007), Pós-Doutora em Ciência Política pela mesma instituição (2011). Pesquisadora Associada do Instituto de Estudos Asiáticos da Universidade Federal de Pernambuco. Líder do Grupo de Pesquisa CNPq - CEPRIR: Centro de Estudos em Política, Relações Internacionais e Religião.

Recebido para publicação em 22 de março de 2021.

Aceito para publicação em 12 de abril de 2021.

Publicado em 26 de abril de 2021.